

As Fronteiras: espaços de deslocamentos de si e de múltiplas identidades femininas

Lidia M. V. Possas¹

Com esse texto pretendo iniciar algumas reflexões partindo da idéia de *fronteira*, para compreender como as mulheres, em temporalidades e espaços diversos vivenciaram seus movimentos de busca de si, de consciência do eu, quase sempre traduzidos por rupturas e dando origem a deslocamentos pessoais, identitários para outras performances inimagináveis em determinada realidade.

Pretendo seguir o rastro de Davis em sua obra “Nas Margens. Três mulheres do século XVII”(1997) que soube vislumbrar a existência de experiências reveladoras de vida e de transformações, observando três personalidades femininas na periferia dos centros políticos de uma Europa nos primórdios dos tempo modernos. A autora captou em um campo comum vidas distintas de mulheres, de segmentos sociais variados que souberam reinventar as hierarquias e as normas estabelecidas, sendo capazes de ultrapassar os limites de modelos e dos padrões determinados ... “ Procurei ver as vantagens que tiveram por se situarem nas margens” (1997, p.13). Mesmo reconhecendo que elas herdaram as tradições de uma sociedade aristocrática, patriarcal que impunham funções e comportamentos delineados por projetos políticos externos à sua vontade, foi possível revelar com clareza o que estava em jogo para ambos os sexos. Estavam inseridas em relações de força no âmbito da sociedade , no entanto foi no uso das funções, como a maternidade, o celibato como exigência religiosa e o trânsito preferencial na economia domestica que elas se apropriaram dos substratos de poder possíveis , de saberes para nas brechas conduzir com mediação e conciliação processos onde transformaram, adicionaram e transmitiram possibilidades outras de existências.

Portanto penso ser possível uma reapropriação da idéia de *fronteira* e mesmo de *migrações*² dilatando os significados semânticos nelas contidas para . diante da

¹ Docente da UNESP/Marília e pesquisadora do CNPq, Coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero/LIEG e do Grupo de Pesquisa Cultura & Gênero – UNESP/Marília.

² Na conjuntura contemporânea a história das migrações, dos fluxos de pessoas foi significativamente alterada diante dos propósitos, das condições do ambiente receptor como os desafios colocados. Daí denominar-se que vivemos na era da mobilidade. Ver PAPADEMETRIOU, Demetrios. In: I

historicidade dada, observar as relações de gênero e de como as determinações sexistas vigentes conciliaram e vivenciaram as subjetividades de homens e mulheres em uma exercício de trocas e de escolhas em um processo de construção da identidades.

Para tanto fundamento minhas reflexões no entendimento e na relevância do papel da cultura (BHABA, 1998)³ que vejo ser possível dilatar o significado da palavra para novas possibilidades de interpretação, relacionando diretamente aos sujeitos que absorvendo instancias do local e global, o individual e o nacional, da cultura e da natureza tecem novas relações, improvisam inserções e forçam protagonismos. Portanto as palavras e as idéias nelas contidas devem ser (re) colocadas a todo momento em contraste permitindo (re) significar sentidos e observar aproximações de modo a romper com visões de homogeneidade e de imutabilidade dos papéis sociais . É como *viver nas fronteiras*, onde é possível viver constantes processos de construção diante da presença de experiências culturais difusas, híbridas dos sujeitos e onde é preciso conciliar para avançar tendo em vista as novas identidades que afloram, as singularidades que distinguem os indivíduos que convivem com diversas relações de autoridade, seja aquelas de sutis ingerências e inserções como as de monopólio pela força, pela violência .(SAID, 1995)⁴.

Reconheço também que a conjuntura atual incentiva retomar a idéia de fronteiras e migrações e mobilidade , aproveitando das efervescências suscitadas pela história do tempo presente e das novas reflexões constituintes de uma historiografia contemporânea preocupada em entender como o local da cultura produz novas relações políticas a partir dos enfrentamentos que a cada momento projetam perspectivas outras e rumos para as sociedade *colonizadas*⁵ diante das resistências e dos movimentos democráticos

Congresso “Imigração em Portugal: diversidade, cidadania e integração.Lisboa, Migration Policy Institute/IMPI e Fundação Luso/América, 2004.

³ Trata-se de um olhar diaspórico que parte sempre da fronteira, como sendo este um lugar privilegiado, se levarmos em consideração as palavras de Homi Bhabha (2003, p. 24): “A fronteira é um lugar do qual algo começa a se fazer presente em um movimento não dissimular ao da articulação ambulante, ambivalente”, significando que quem vê a partir da fronteira pode reconhecer e aceitar melhor o novo. Ver “ O local da cultura”, Belo Horizonte, UFMG, 203

⁴ O autor de *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, analisa como um representante da cultura oriental como se dá o processo de construção da identidade , o “self fashioning”, a partir de um conjunto de experiências culturais difusas e de relações de autoridade vivenciadas no que ele chama dos limítrofe das fronteiras.

⁵ Como ponto de partida utilizo nesse caso as análises elaboradas frente os processos de colonização e

que tiveram início a partir das conjunturas de descolonização(anos 70-80, do século XX) e que no século XXI ocupam o cenário e a pauta de decisões no plano internacional exigindo alternativas que aproximem culturas díspares . O ponto de vista do colonizador, seu protagonismo sempre foram privilegiados não só na formulação de alternativas políticas viáveis para as jovens nações como os critérios na definição das fronteiras, levando em consideração parâmetros e limites definidos por convenções de uma cultura política não autóctone, mais alienígena que excluiu as tradições populares, vista como permanência de um “tribalismo” que precisava ser superado por formulas modernizadoras. Desta maneira a “descolonização” de casos, como da África e da Ásia, por exemplo, colocaram em oposição o “novo”, a modernidade e o “arcaico”, a tradição local , representada pela religião, pela presença do mito, do irracional que como vozes dissonantes e de resistência foram, como ainda permanecem, sendo as razões de conflitos étnicos, raciais e de fronteiras que eclodem nos dias atuais.

Assim as fronteiras definidas e respeitadas como o estabelecimento de limites, de delimitação de zonas de conflito assumem outra dimensão diante da possibilidades de novas perspectivas de análise , onde o local e o global se imbricam, surgindo o que um novo feminismo denomina de “ glocal”⁶. Essa denominação foi cunhada devido a presença de enorme contingente de pessoas em movimento em fluxos migratórios de varias nuances, de natureza política, econômica e, principalmente cultural onde o viés religiosos a todo momento se impõe. Levas de pessoas que emigram de maneira compulsória de seus países de origem são ora assediados como *bem vindos aos novos espaços abertos* ou renegados, afastados com justificativas e ações que se aproximam de atos de barbárie, de discriminação e exclusão. Um deles foi exemplarmente noticiado na grande imprensa recentemente : “praias mediterrâneas da Líbia que foram

descolonização dos séculos XIX e XX inseridos na trajetória do capitalismo associada as lutas nacionalistas e ideológicas que permearam as lutas pós coloniais e a criação dos países africanos e asiáticos .CANEDO, L. B. A Descolonização da Ásia e África , São Paulo, UNICAMP/Atual, 1985

⁶ Na cidade de Seul foi realizado em 22/04/2009, um encontro de mulheres feministas de várias partes do mundo que adotaram a idéia de um ativismo “glocal”, neologismo nascido da contração entre global e local, para criar pontes entre cidadãs da América Latina, África e Ásia. Cerca de 30 ativistas dessas três regiões se reuniram em um painel intensivo de debates , seguido de um fórum público anunciando a criação da Rede de Ativismo Glocal (NGA) e a Escola de Feminismo. A rede começará com cinco pontos “glocais”, na China, Coréia do Sul, México e África do Sul. Jiyoung LeeAn, da IPS- Agencia Inter Press Service em 23//04/2009 <http://blogoleone.blogspot.com/2009/04/mulheres-nem-global-nem-local-glocal.html>. Acesso em janeiro de 2010

banhadas por dezenas de corpos dos mais de 200 africanos que naufragaram durante uma precária travessia ilegal em direção à Europa”⁷.

É nesse contexto e aproveitando os debates existentes sobre a crise dos paradigmas que pretendo direcionar essa reflexão para observar como comportamentos femininos, desde um passado próximo, engendraram mudanças, questionaram identidades impostas ao viverem e transgredirem justamente os limites, as zonas fronteiriças que lhes foram colocadas a viver pelos papéis tradicionais e normativos .

E como historiadora da cultura que questiona paradigmas e categorias universalistas invisto na perspectiva de um “olhar fronteiriço”, atento as sutis mudanças, as modificações na vida dos sujeitos, muitas vezes imperceptíveis por viverem justamente no “lugar de fronteira”, que abstrai as possibilidades de outros discursos.

Nesse sentido é uma determinação partir de uma abordagem de história que a todo momento reconstrói o vivido; que procura como tarefa de ofício do historiador rever constantemente os conceitos e as categorias de análise vivenciados em outras realidades e temporalidades com ênfase nas experiências cotidianas vividas pelos indivíduos de modo a contemplar as inúmeras possibilidades de reinvenção da vida a partir dos encontros e desencontros entre o “eu” e o “outro” que permitem ultrapassar a construção dos estereótipos que afetam homens e mulheres diante de processos múltiplos de estranhamento e de reinvenção de identidades.

Para tanto me aproximo de Linda Hutcheon (1991) uma feminista canadense que se coloca incrédula diante dos costumes estéticos e sociais que dominam as relações entre os gêneros. Tanto os feminismos com o pós-modernismo trabalham para compreender os modos dominantes de representação, sendo que os feminismos, pressionam o pós-modernismo a reconsiderar os desafios anti-metanarrativos para o universal humanista, em termos de gênero.

Persistir na existência de visão linear do processo histórico que carrega tudo e todos em uma mesma direção para a construção de um novo milênio em um concerto global é manter a "razão indolente", conforme Boaventura(2002) chamou de as

⁷ Folha de São Paulo/Mundo, de 6/04/2009 abordando o tema da crise econômica que força hoje novos fluxos migratórios globais . A entrevista foi com o historiador e cientista político Demetrius Papademetriou, especialista em estudos sobre migrações e mobilidade do século 21.

formas acomodadas de pensamento⁸. Reconheço, como autor, ser impossível criar uma "teoria geral" que dê conta da diversidade do mundo. Nesse momento, comungo de suas reflexões que é necessário buscar processos de "tradução" entre diferentes sistemas e culturas que busquem a construção de outro mundo possível, sabendo entender e conciliar diferentes lutas de oprimidos, sejam dos trabalhadores e sejam de questões de gênero, étnicas ou religiosas tendo em vista a emancipação social concreta⁹.

E foi justamente relacionando todas essas leituras e suas contribuições críticas que retomei a presente reflexão enfatizando a riqueza das experiências cotidianas para perceber como os múltiplos sujeitos viveram e vivem processos de descoberta de si, de acomodações em diferentes grupos sociais e culturais tendo em vista as relações de gênero.

No meu trabalho de pesquisa sobre as cidades paulistas procurei superar aquela visão do "progresso desencantado" (Diehl, 2002)¹⁰ e demonstrar a pluralidade existente ao observar as minúcias, fragmentos de vidas e histórias de mulheres em busca de si em uma determinada realidade concreta. E nesse caso a cidade foi (re) explorada.

Ao me debruçar sobre o estudo das *urbes* do oeste paulista, em uma região conhecida por "boca do sertão", a "última fronteira para a civilização", evidenciei as especificidades através da "história dos lugares" e da construção das relações de gênero¹¹. Nessa releitura, mais recente me detive em mulheres na condição de viuvez¹², no

⁸ O sociólogo Boaventura Souza Santos, tem enfatizado a necessidade de uma mudança de olhar dos intelectuais, que ainda reproduzem modelos conceituais atrelados aos lugares do discurso originados no hemisfério norte. As formas de pensar, os conceitos e as categorias elaborados em outros tempos e com perspectivas lineares de desenvolvimento para a sociedade, típicas dos iluministas do século XIX, ainda permanecem. Daí a sua crítica a tudo isso, que chamou de "racionalidade indolente" e propondo que novos lugares sejam contemplados na produção de conhecimento. Ver A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. São Paulo, Cortez, 2002

⁹ Santos, B. S. Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social. São Paulo, Boitempo, 2003

¹⁰ Ver DIEHL, Astor Antonio. "Cultura Historiográfica. Memória Identidade e Representações". Bauru, EDUSC, 2002, p.35

¹¹ Desde o doutorado (1999) venho analisando essas especificidades da inserção feminina no espaço público e nas cidades recém fundadas do Oeste Paulista. Possas, L. M. V. Mulheres, "**Trens e trilhos. Modernidade do sertão paulista**", Bauru, EDUSC, 2001; posteriormente ampliei o foco para a região noroeste, resultando em um artigo intitulado "*Revendo a história das cidades paulistas: a inserção feminina e a (re) leitura do cotidiano. Esboços* (UFSC).", v.17, p.57 - 73, 2007. Mais recentemente elaborei "*As fronteiras do Oeste Paulista: ocupando sertões, fundando cidades e (re)fazendo a história do lugar* In: **Terras Paulistas: trajetórias contemporâneas**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008, v.1, p. 10-186.

¹² Nesse caso, o conceito de "viuvez" é entendido a partir da morte de um dos cônjuges em uniões

início do século XX, e de como eram alvo de discursos normativos e disciplinadores que reforçavam as idéias de “desamparo”, de “ abandono”, de solidão¹³ e de recolhimento ao privado.

Esse meu interesse foi aguçado diante do silêncio que o tema - a viuvez - assumia na escrita da história, apesar de identificá-la como uma prática social, um estado civil decorrente da morte de um dos cônjuges,. Mais sem se deter a um estudo mais aprofundado visando captar a historicidade, os significados e as possibilidades de mudanças comportamentais vivenciadas.

Essa escolha, aproximação e interesse de análise estão certamente relacionadas também ao me encontrar vivenciando concretamente a situação de uma viuvez recente, tendo que enfrentar situações e representações que julgava superadas diante do processo de modernização e da garantia de direitos e de acesso das mulheres à distintas instâncias do público e da revisão das funções no espaço privado. Além disso essa atitude veio confirmar uma crítica sobre a discussão entre os historiadores: como as subjetividades interferem na produção do conhecimento científico?.

Tomar a viuvez como objeto de pesquisa me permitiu realizar uma ampla revisão historiográfica que é silenciosa diante desse tema, mas de “desnaturalizar” um estado civil carregado de estigmas e estereótipos presentes nos ditos populares, como “a viúva é barco sem leme”, “viúva honrada, porta fechada”, “dor de viúva dura pouco” e a mais comum, a “viúva alegre”, que permanecem no imaginário social como arcaibouços de um capital simbólico de difícil alteração.

Na documentação rastreada sobre as cidades paulistas, identifiquei casos instigantes de viúvas que mereciam ter outro tratamento analítico, de modo a captar a dinâmica da construção das relações de gênero e de como cada uma delas foi capaz de provocar deslocamentos para novas subjetividades. Mesmo vivendo em diferentes temporalidades no processo de modernização com as Frentes Pioneiras¹⁴, que

consolidadas pela instituição do casamento jurídico, e não outros.

¹³ O trabalho recente de PEIXOTO, Clarice Ehlers. Histórias de mais de 60 Anos. In: *Revista Estudos Feministas*. Dossiê Gênero e Velhice. v. 5., nº1, 1997, p. 148-158, demonstra a “viuvez como sinônimo de solidão” na sociedade atual.

¹⁴ Essa denominação refere-se ao processo de expansão e povoamento para o oeste do Estado Paulista, no período de 1880-1914, devido à implementação da economia agro-exportadora cafeeira. Ver: POSSAS, Lídia. M. Vianna. As Fronteiras do Oeste Paulista: ocupando sertões, fundando cidades e (re) fazendo a história do lugar. In: *Terra Paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: CENPEC,

avançaram ao sertão inóspito pressionadas pela economia cafeeira e as ferrovias, elas se distinguiram .

Identifiquei, no período analisado (1910-1945), distintas situações de viuvez, principalmente a feminina: ora a mulher ocupando o lugar do esposo à frente dos negócios e das fazendas com significativa mudança de funções e representações, seja no âmbito familiar como no espaço público; ora permanecendo como as “desamparadas”, sendo alvo de práticas de proteção que as incluíram no proselitismo de partidos políticos em eleições locais, muitas vezes conturbados por atos de violência nos quais ocorriam mortes e suicídios captados nos jornais da região¹⁵.

O trabalho evidenciou as tensões decorrentes de abordagens desconstrutivistas mais a partir de uma “ olhar fronteiriço”, me fez retomar formulações do conceito de “enviuvamento” também como formas e possibilidades de “empoderamento” ¹⁶feminino e das relações de “gênero” como diferenciações de representações simbólicas construídas, a partir do momento que elas, as viúvas assumiram novos posicionamentos na contra mão do desejado. Embora as representações da viuvez feminina que denomino de “clássica” ainda se faz entender por construções constituídas pelo discurso jurídico, de papéis sociais relacionados com a presença de regras, como as trivialidades do luto e dos estereótipos. Assim as suas lutas pessoais visando maior autonomia frente a família, ao poder instituído estão carregadas de interpretações de ironia que acabam por manter as viúvas, em muitos casos em uma situação de exclusão .

Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2008, p.15-48.

¹⁵ Apresentei, no Simpósio Temático “Defesa de Direitos, Poder e Equidade” - Congresso Fazendo Gênero 8, realizado em agosto de 2008 em Florianópolis, um texto intitulado “Mulheres e Viuvez: recuperando fragmentos, reconstruindo papéis”, no qual analisei fragmentos de jornais de Bauru (1910 e 1934) sobre duas viúvas que viveram em distintas temporalidades, porém enfrentaram e resistiram às representações e práticas sociais tradicionais de sua condição de viuvez.

¹⁶ A questão do “empoderamento” feminino vem sendo debatida por diversas teóricas feministas, como **Irene Rodriguez Manzano**, em Marta Carballo de la Riva(coord) Género y Desarrollo. El camino hacia La Equidad, Madrid, 2006 p. 36-37 que ao tratar das relações de gênero tendo em vista as teorias econômicas e o desenvolvimento se coloca uma espécie de feminização da pobreza e retoma o **termo Empoderamento**, justamente no período de crescimento do movimento de mulheres do Terceiro Mundo. Assim “empoderar” para além da tradicional concepção de “poder”, para ser trabalhado em tripla sentido: “*poder dentro*” quando as mulheres tem uma capacidade de articular sua aspirações e estratégias de mudança ;“*poder para*”, uma habilidade das mulheres para desenvolver capacidades e estratégias de acesso as suas aspirações, ;traçam estratégias e “*poder com*”, a capacidade delas em articular seus interesse coletivos e de organização com outras mulheres e homens para alcançar as mudanças.

E foi justamente, consolidando esse “ olhar fronteiriço” que propus a minha recente pesquisa que tem como foco a “viuvez compulsória” originária nos *anos de chumbo* das ditaduras militares latino-americanas, mais precisamente no Brasil e na Argentina, no período de repressão entre as décadas de 70-80, que estou empenhada em evidenciar a complexidade dos “ feixes” dessa totalidade dada – a viuvez.

A viuvez , principalmente feminina deu-se no âmbito urbano levando muitas mulheres a reconsiderar suas funções domésticas e deslocarem-se para outros espaços jamais vivenciados . No entanto nesse novo cenário do nos 70, nas cidades brasileiras observo que existem questões por desvelar: Por que o estado da viuvez não foi contemplado nas imagens simbólicas das lutas das mulheres contra a ditadura, como observamos na presença e na ação das mães, avós, irmãs e filhas? O "**familismo**" e o "**maternalismo**" foram os critérios e fundamentos de legitimidade da palavra pública, mais especificamente no caso da Argentina pós-ditatorial, conforme ressalta JELIN(2007)¹⁷. Tanto os militares como o movimento de direitos humanos fizeram uso da **matriz familiar** como o *locus* do seus discursos de legitimação e de confrontação política, sendo que as definições familísticas tradicionais dominaram em grande parte as organizações de direitos humanos da época.

A pesquisa caminha e os levantamentos ainda em fase preliminar descortina situações ímpares de mulheres em deslocamentos de si e novas identidades frente às situações adversas que os regimes autoritários tanto no Brasil, como na Argentina criaram.

As viúvas brasileiras, muitas delas sem ter um passado de militância, organizaram-se em grupos, em movimentos por direitos e cidadania. Desde 2002 estão lutando pela justa indenização junto à Comissão de Justiça e Verdade que tem evidenciado o quanto é contraditória serem ainda vistas na condição de “ viúvas.

¹⁷ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2001